

Prepare-se para a XXVII Convenção Nacional da ANFIP



Já está a todo vapor a preparação da XXVII Convenção Nacional da ANFIP, evento máximo de decisões da Entidade, que vai acontecer de 30 de maio a 2 de junho, em Brasília (DF). O prazo para envio de Teses e de Propostas para reforma e/ou alterações no Estatuto da Associação já começou e vai até 18 de abril.

Esta é a oportunidade de se colocar na pauta de debates temas de interesse da categoria e de modernizar o Estatuto que norteia os trabalhos da Entidade.

As orientações e regras para o envio de Teses e Propostas, destinadas apenas aos associados da ANFIP, efetivos e quites, estão disponíveis na Resolução ANFIP/CE nº 21, que pode ser consultada no site a ANFIP.

Teses – Consiste na elaboração de trabalho de dissertação escrita, intelectual, técnica ou científica,

versando sobre os temas determinados no Regulamento. Para que o trabalho seja aceito, é preciso seguir as regras gerais de apresentação, também listadas no Regulamento, publicado no portal.

O material deve ser enviado até o dia 18 de abril pelo e-mail teses@anfip.org.br, por meio postal, devendo a correspondência ser encaminhada à ANFIP (SBN Quadra 1, Bloco H, Edifício ANFIP, CEP 70040-907, Brasília-DF), ou entregue diretamente ao protocolo da Associação Nacional, em meio papel, contendo também o arquivo magnético gravado em CD, em formato Word.

Serão sorteados três iPhones 8 64GB aos autores das Teses aprovadas pelo Plenário da XXVII Convenção. Participe!

Propostas - São trabalhos destinados

exclusivamente para sugerir reformas ou alterações no Estatuto da ANFIP. Cada trabalho deverá ser elaborado separadamente por artigo, incluídos, quando for o caso, os parágrafos, incisos, letras ou números que se pretenda modificar, com a respectiva justificativa, fazendo menção se a reforma de um dispositivo obriga também a reforma ou alteração de outros, elaborando-se necessariamente as devidas remissões com o objetivo de harmonizar e uniformizar o texto estatutário.

As sugestões devem ser enviadas até o dia 18 de abril pelo e-mail propostascno2019@anfip.org.br, encaminhadas para o endereço da Entidade ou entregues diretamente ao protocolo da ANFIP, em meio papel, contendo também o arquivo magnético gravado em CD, conforme Regulamento.

Reunião com líder do governo

Página 2

MP 871/19: reforma já começou

Página 5

Chacina de Unai: ato contra impunidade

Página 7

Líder do governo na Câmara recebe carreiras de Estado

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, reuniu-se em 25/1, em Brasília, com o futuro líder do governo na Câmara dos Deputados, Major Vitor Hugo (GO), para tratar da reforma da Previdência Social. O deputado assume em fevereiro e foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para representar o governo na Casa.

No encontro, tratou-se de pauta única: a reforma da Previdência, que será apresentada ao Congresso Nacional. A ANFIP e as entidades participantes entregaram ao Major Vitor Hugo nota técnica conjunta com análise aprofundada da situação da Previdência Pública, apontando equívocos do discurso do governo anterior e possíveis soluções para os atuais gargalos.

As entidades reforçaram a importância de que se estabeleça o necessário diálogo quanto a três pontos essenciais da reforma, que demandarão particular cuidado: (1) – o modelo de capitalização que se pretende oferecer como alternativa para os atuais RPPS/RGPS; (2) – os regimes de transição para os servidores que ingressaram no serviço público até 2013; e (3) – o regime de acumulação de aposentadorias e pensões.



Vilson Romero entregou ao futuro líder do governo estudos e publicações da ANFIP sobre o sistema tributário brasileiro e a Seguridade Social do país, além de ressaltar que a equipe técnica da Associação está à disposição para contribuir com os temas abordados.

Após ouvir os pronunciamentos dos presentes, o Major Vitor Hugo declarou especial interesse em abrir previamente o diálogo para discutir os pontos sensíveis da reforma da Previdência.

O futuro parlamentar mostrou a disposição de intermediar a aproximação com o Ministério da Economia, responsável pela elaboração da proposta final do governo, para a revisão dos modelos constitucionais de Previdência.

Por fim, a ANFIP também solicitou audiência com o deputado eleito para

tratar da Reforma Tributária Solidária e da Análise da Seguridade Social.

A reunião também contou com participação do presidente da Anamatra (Magistratura Nacional) e coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Guilherme Feliciano; do presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques; do secretário-geral da Federação Nacional dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (Fenale), José Eduardo Rangel; do presidente do Sindicato dos servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis), Petrus Elesbão; e, pelo Ministério Público, o promotor Paulo Pentead, assessor jurídico e legislativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Decreto transfere atribuições exclusivas dos AFRFB

A ANFIP vê com preocupação e descontentamento a edição do Decreto nº 9.679/2019, publicado no dia 2 de janeiro, que, dentre as definições, transfere para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a maior parte das atribuições privativas do cargo de Auditor Fiscal da RFB.

Além da evidente ilegalidade de modificar dispositivos previstos em lei através de decreto, causa espécie que competências de natureza institucional sejam destinadas ao titular da pasta e não à instituição.

Pelo decreto, destacamos as seguintes competências que, lamentavelmente, passam a não ser mais de responsabilidade do que foi a antiga SRF:

- Executar as atividades de administração tributária federal e aduaneira;
- Aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, e editar os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;
- Preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos

tributários e de reconhecimento de direitos creditórios relativos aos tributos administrados pela Secretaria;

– Dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive quanto ao alfandegamento de áreas e recintos.

A ANFIP entende que as medidas, ainda que tivessem sido efetivadas de forma legal, não interessam a uma administração tributária republicana, justa e eficiente.

Expediente **Linha Direta**

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Ilma Pelizon dos Santos

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indira Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS
Bruna Nogueira Ribeiro
Tiago Kirixi

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Roxo Machado
Floriane Martins de Sá Neto
Ilma Pelizon dos Santos (coordenadora)
Luiz Cláudio de Araújo Martins
Marluce do Socorro da Silva Soares
Sandra Tereza Paiva Miranda



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP avalia primeiros atos da equipe econômica do governo



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, o consultor Vladimir Nepomuceno e o jornalista Gilmar Correa analisaram, em 3/1, a Medida Provisória 870/2019 (reestrutura os órgãos com status ministerial), editada em 1º de janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, e o Decreto nº 9.679/2019. A transmissão completa está na página da ANFIP na internet e nas redes sociais da Entidade.

Entenda - A Medida Provisória 870/19 reduz de 29 para 22 o número de órgãos com status ministerial no governo federal. A primeira medida provisória do governo Bolsonaro foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial em 1/1, pouco após a cerimônia de posse.

As 22 pastas com status ministerial incluem 16 ministérios, 4 vinculadas à Presidência da República (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional), além do Advogado-Geral da União (AGU) e do presidente do Banco Central.

Pela decisão, ficam extintos os seguintes ministérios: Cidades; Cultura; Desenvolvimento Social; Esportes; Fazenda; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Integração Nacional; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Segurança Pública; e Trabalho.

A maior parte dessas pastas foi acoplada a outras, como os ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria – unidos para criar o Ministério da

Economia. Já o Ministério do Trabalho foi extinto e suas atribuições distribuídas entre três pastas: Economia, Justiça e Cidadania. As concessões de cartas sindicais e a fiscalização das condições de trabalho, por exemplo, ficam com a pasta da Justiça.

Lista final

Com as mudanças, a lista final de ministérios ficou assim:

1. Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
2. Cidadania;
3. Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
4. Controladoria-Geral da União;
5. Defesa;
6. Desenvolvimento Regional;
7. Economia;
8. Educação;
9. Infraestrutura;
10. Justiça e Segurança Pública;
11. Meio Ambiente;
12. Minas e Energia;
13. Mulher, Família e Direitos Humanos;
14. Relações Exteriores;
15. Saúde;
16. Turismo.

Tramitação

A MP 870/19 será analisada por uma comissão mista, formada por deputados e senadores. Depois, seguirá para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com informações da Agência Câmara.

Em defesa dos direitos dos cidadãos



A ANFIP comemorou o Dia da Previdência Social e o Dia Nacional dos Aposentados, em 24/1, reiterando a sua luta constante em defesa dos direitos de todos os cidadãos brasileiros e o aprimoramento do sistema de Seguridade Social.

A Previdência Social brasileira é, hoje, um programa que garante não só benefícios como aposentadorias, pensões e auxílios diversos, mas essencialmente a dignidade aos aposentados e pensionistas, representando a essência da luta por justiça social, cidadania e por todos os valores relacionados aos direitos humanos.

“Estamos em campo, lutando para evitar a aprovação de uma reforma da Previdência que venha a retirar direitos tão importantes e fundamentais como estes já conquistados no âmbito da Seguridade Social brasileira. A ANFIP tem dados irrefutáveis de que a Previdência é sustentável e vamos continuar a nossa mobilização para termos um sistema justo”, destacou o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

Os benefícios pagos pela Previdência Social fortalecem a economia do país, chegando a todos os municípios, reduzindo a pobreza de milhões de famílias brasileiras, reconhecendo direitos conquistados pelos trabalhadores de ontem e aposentados de hoje e trazendo dignidade às suas vidas. Dessa forma, se constitui em uma das maiores políticas públicas de redistribuição de renda e garantia de qualidade de vida dos trabalhadores do país.

ANFIP do Futuro será debatida em São Paulo



A Apafisp – Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – realizará no dia 14 de fevereiro, das 14h às 18h, reunião sobre o projeto ANFIP do Futuro Itinerante, que contará com a participação do presidente da entidade nacional, Floriano Martins de Sá Neto.

O local da reunião será o hotel Nobile Downtown São Paulo (Rua Araújo, 141, República), na região central da cidade. Os associados poderão tirar dúvidas sobre o

projeto, cuja íntegra de cinco páginas está disponível no site da ANFIP. “Solicitamos aos associados interessados que leiam a íntegra do projeto, reflitam sobre o conteúdo e tragam suas respectivas dúvidas para contribuir”, sugere o presidente da Apafisp, Genésio Denardi.

Para participar da reunião, entre em contato com Sonhely Duarte até o dia 8 de fevereiro pelo telefone (11) 3121-5175 ou pelo e-mail sonhely@apafisp.org.br.

Previdência é tema do Café com Política



Em 24/1, data em que se celebrou o Dia Nacional do Aposentado e também Dia da Previdência Social, ocorreu a segunda edição do Café com Política, debate especial com o tema Previdência. O evento foi organizado pelo Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União).

Representando a ANFIP, estiveram presentes o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. Participaram ainda entidades como o Mosap (Movimentos dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) e o Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado), assessores parlamentares e servidores públicos.

O debate, mediado pela jornalista do Correio Braziliense e especialista em Previdência, Alessandra Azevedo, teve a presença dos palestrantes Felipe Salto (economista e mestre em Administração Pública), Roberto Piscitelli (consultor legislativo da Câmara dos Deputados), Diego Cherulli (especialista em Direito Previdenciário) e Nelson Marconi (doutor e professor de Economia e Finanças Públicas).

O presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão, afirmou que é necessário e possível chegar a um consenso sobre o tema da Previdência a partir do diálogo direto com o governo, a sociedade e os servidores. Petrus ratificou a importância do alinhamento e transparência do discurso para apresentar ao Congresso Nacional.

Benefícios

ANFIP tem + Vantagens!



Associado, já efetivou seu cadastro no melhor clube de vantagens do Brasil? São centenas de parceiros, entre escolas, faculdades, lojas, academias, hotéis, passagens aéreas, oferecendo descontos e benefícios. Acesse anfip.temvantagens.com.br e faça seu cadastro!!

Aviva



A Aviva está com novidades para o complexo de parques e resorts da Costa do Sauípe! A inauguração da Quermesse da Vila, ao lado de outras atrações e atividades disponíveis nos resorts, ocorreu dia 18 de janeiro e já pode ser desfrutado pelo associado ANFIP.

A Aviva também oferece descontos especiais em tarifas de hospedagem na rede Rio Quente (GO) e em hotéis conveniados em Caldas Novas (GO). E quem quiser aproveitar os parques, ainda tem desconto sobre o preço da bilheteria física do Hot Park.

Mais informações pelo (11) 3512-4830 ou pelo e-mail convenio@aviva.com.br.

Acesse o site <https://loja.multiclubes.com.br/rqr/ingressos/convenio>. Confira!

MP 871/2019: A reforma da Previdência já começou

Análise do consultor Vladimir Nepomuceno à Medida Provisória 871/2019 demonstra que a reforma da Previdência já começou.

Publicada no dia 18 de janeiro, a MP 871/2019, conforme avaliação do consultor, dificulta a manutenção e a concessão de benefícios previdenciários justamente a quem mais necessita da ajuda do sistema de Seguridade Social, os cidadãos. De acordo com Nepomuceno, em contrapartida, o texto não menciona a gigantesca dívida, além de fraudes e sonegações, de grandes grupos empresariais. “São esses grupos que certamente poderiam contribuir, senão sanar o alegado déficit mencionado na Exposição de Motivos da referida MP”, avalia.

Segundo o assessor, o alvo das ações propostas pelo chamado “pente fino” do governo são dois segmentos que sequer custam um centavo ao orçamento previdenciário, mas ao orçamento da Assistência Social. O primeiro são os beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada, compostos por dois grupos, os idosos a partir dos 65 anos e os deficientes de qualquer idade com

comprovada baixa renda. Outro segmento é o dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada, considerados segurados especiais no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

“Tratando possíveis indícios de irregularidade como algo comum, e não a exceção, a MP afasta a participação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, propondo a extinção da declaração de tempo rural fornecida pelos sindicatos rurais e homologada pelo INSS como meio de prova, substituindo-a pela autodeclaração homologada por entidades públicas credenciadas pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e outros órgãos públicos (EMI nº 00007/2019 ME C. Civil/PR, parágrafo 27)”, explica. Para Nepomuceno, esta é a declaração aberta de que todos são suspeitos até prova em contrário. “O difícil será essa prova, uma vez que os canais estão sendo fechados. Cabe ainda o destaque a um forte golpe na atuação e representação sindical,

aqui dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, alerta.

A MP também cria bônus para servidores técnicos do INSS (de nível superior ou intermediário) e peritos médicos previdenciários (agora com os cargos transformados em Perito Médico Federal) que contribuirão com o pente fino. Observa-se, segundo Nepomuceno, que o bônus “será recebido sobre o que exceder metas mínimas de performance dos servidores na análise desses processos, conforme critérios definidos em ato do presidente do INSS” (EMI nº 00007/2019 ME C. Civil/PR, parágrafo 9).

“Durante a campanha, muito foi dito quanto a retirar direitos de trabalhadores e nada sobre combater os grandes devedores e sonegadores. Lembrando também que o atual ministro da Economia já havia dito que a reforma da Previdência não seria apenas através de emenda à Constituição Federal. Como podemos ver, a reforma da Previdência do governo Bolsonaro já começou”, finaliza.

Entidades divulgam nota pública sobre reforma previdenciária



Em nota pública, divulgada em 24/1, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), ao qual a ANFIP faz parte, manifestam-se sobre a reforma da Previdência para esclarecer que:

“De acordo com o informado pela imprensa, bem como por integrantes do Governo Federal, pretende este retomar as discussões, no Congresso Nacional, sobre a reforma da Previdência. E, pelo anunciado, seria apresentada uma nova PEC para apensamento à PEC 287/16.

Por primeiro, sugere-se – mui respeitosamente – ao Sr. Presidente da

República que eventual outra proposta venha embasada com dados econômicos concretos a demonstrar a necessidade de uma reforma, bem como que assim se justifique a extensão necessária.

Conforme já anotado pela ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, SindCT – Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial e Fundação ANFIP – Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário, o anterior Governo Federal tão somente

encaminhou para a Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados algumas notas interministeriais e planilhas de cálculo atinentes ao Regime Geral, mas material esse absolutamente impróprio para a correta análise a embasar a reforma da Previdência.”

Também no documento, as entidades “repugnam qualquer reforma previdenciária que busque afrontar a segurança jurídica e não tenha detalhada fundamentação em dados econômicos reais e transparentes, bem como se colocam à disposição do Poder Executivo federal, do Parlamento nacional e da sociedade brasileira para o necessário diálogo técnico sobre Previdência Social”.

No seu Estado

PE: 57 anos



A ANFIP Nacional cumprimenta a ANFIP-PE pelos seus 57 anos de existência de lutas e conquistas, comemorados em 24/1, em prol dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, da Previdência e de toda a sociedade.

MG: Ato público



Em ato público contra o fim da Justiça do Trabalho e em defesa dos Direitos Sociais, em 21/1, a vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, Ilva Franca, e a vice-presidente de Eventos da ANFIP-MG, Fátima Ponzo, conclamaram todos a se unirem para fazer trabalhos parlamentares nos Estados e em Brasília para conseguir minimizar a retirada de direitos e a destruição do serviço público.

SP: Novos Conselhos



A Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Apafisp) empossou o novo Conselho Executivo e Fiscal para o triênio 2019/2021. Assume a Presidência da entidade Genésio Denardi. A composição completa está na página da ANFIP na internet.

SC: Seminário



O vice-presidente da Estadual em Santa Catarina (ANFIP-SC), Floriano José Martins, participou, em 28/1, do XXVIII Seminário de Dirigentes Sindicais, de Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, em Itapoá (SC). Floriano José analisou a execução orçamentária do sistema de Seguridade Social e chamou atenção para o desastrado sistema de capitalização implementado no Chile, em 1981.

PB: Delegacia RFB



O Auditor Fiscal Hamilton Guedes Sobral assumiu, em 23/1, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa (PB). A posse foi acompanhada pelo vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP, José Avelino da Silva Neto, e pela presidente da ANFIP-PB, Maria dos Remédios Bandeira.

Comunicação da ANFIP tem nova vice-presidente



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, reuniu-se com a nova vice-presidente de Comunicação Social da Entidade, Ilma Pelizon dos Santos, que assumiu a área no lugar da Auditora Fiscal Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade, desligada do Conselho Executivo da ANFIP devido à sua eleição para a Presidência da ANFIP-RJ. A reunião foi realizada em 28/1, em Brasília (DF).

Leila Signorelli esteve à frente dos trabalhos da Comunicação da ANFIP desde 2013, tendo sido vice-presidente da área nas gestões 2013-2015, 2015-2017 e 2017-2019. Atuou com comprometimento e muito empenho em todos os anos dedicados ao trabalho associativo.

Dentre suas realizações, idealizou e coordenou o evento pelos 50 anos da I Convenção Nacional da ANFIP, a produção dos livros: 50 anos de Convenção Nacional; ANFIP 65 anos; Livro dos Encontros; e Galeria dos Presidentes da ANFIP, além de atualizar e modernizar, em dois períodos, o site da Entidade.

Ilma Pelizon foi eleita como suplente da Região Sudeste na XXVI Convenção Nacional, realizada em maio de 2017. É bacharel em Ciências Contábeis, Auditora Fiscal desde 1983. No Rio de Janeiro, foi chefe de Fiscalização (Niterói), supervisora de Equipe Fiscal e chefe das Agências do Seguro Social. Atualmente está na Delegacia da RFB/RJ. Na ANFIP-RJ, foi Diretora Social e membro do Conselho Fiscal (2016/2018).

Reunião técnica com assessoria jurídica



Avice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, e os vice-presidentes Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), Paulo Correia de Melo (Tecnologia da Informação) e Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário) se reuniram em 17/1, na sede da Associação, em Brasília, com os advogados Cláudio Farág e Felipe Teixeira Vieira, para avaliar os reflexos e impactos do Decreto 9.679/19 quanto à competência da Receita Federal e as atribuições privativas dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Na ocasião, também foi tratada a inclusão do Mandado de Segurança nº 35.500, que envolve o julgamento do Bônus de Eficiência, na pauta do Tribunal de Contas da União do dia 8 de maio de 2019.

Ainda na reunião, os advogados informaram quanto ao andamento do estudo da Resolução ANAC nº 278/2013 (inspeção de segurança dos servidores públicos em aeroportos), que alterou a Resolução nº 207/2011, e sua repercussão para a categoria dos Auditores Fiscais da RFB no exercício de suas funções.

ANFIP se integra ao combate à corrupção



A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero, participou, em 29/1, do evento da ONG Transparência Internacional Brasil, realizado em Brasília, quando foi divulgado o Índice de Percepção da Corrupção (IPC). A posição do Brasil piorou em 2018 e atingiu seu nível mais baixo em sete anos. Esta é a terceira queda brasileira consecutiva na medição.

No 105º lugar entre 180 nações no ranking da Transparência Internacional, o País sofreu queda de nove posições em relação ao último ano e ficou empatado com Argélia, Armênia, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Peru, Timor Leste e Zâmbia. O IPC é obtido pela média de 13 relatórios independentes, que calculam o índice de “sensação de corrupção” relatado por especialistas e executivos de empresas. Os entrevistados são questionados sobre o quanto consideram o setor público de seus países como corruptos.

No entender de Romero “é fundamental que o combate à corrupção esteja entre as principais ações a seguirem sendo desenvolvidas tanto por governo, parlamentares, Justiça e sociedade em geral e a ANFIP está integrada ao trabalho da Transparência Internacional”.

A ONG também reforçou a defesa do projeto “Novas Medidas de Combate à Corrupção”, que compreende 70 novas sugestões legislativas, endossadas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a ANFIP faz parte.

O evento foi apresentado pelo coordenador da ONG, Bruno Brandão, com manifestação do professor constitucionalista e membro da Academia Brasileira de Letras, Joaquim Falcão, e contou com a presença do diretor da Secretaria Executiva do MCCE, Luciano Santos, e diversos novos parlamentares apoiados pela ONG Renova BR.

Ato marca os 15 anos da Chacina de Unai



O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinaif realizou, em 28/1, dia em que se comemora o Dia do Auditor Fiscal do Trabalho, um ato de protesto em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF da 1ª Região), em Brasília, para lembrar os quinze anos de impunidade do caso da Chacina de Unai (MG).

O protesto foi contra a decisão do Tribunal que determinou a anulação do julgamento de Antério Mânica, um dos mandantes do crime. O Sindicato também cobra a prisão imediata dos demais mandantes e intermediários, Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro, com condenação em segunda instância.

Estiveram presentes familiares das vítimas, Auditores Fiscais do Trabalho, sindicalistas e autoridades de diversos órgãos públicos e instituições. As Delegacias Sindicais de todo o país também se organizaram e promoveram atividades regionais.

O presidente Floriano Martins de Sá Neto destacou que a ANFIP prestará solidariedade e lutará até que a justiça seja feita. Confira o pronunciamento nas redes sociais da Entidade.

Relembre o caso - Em 28 de janeiro de 2004, os Auditores Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram brutalmente assassinados quando se dirigiam para uma fiscalização rural em fazendas no interior de Minas Gerais, onde havia indícios de prática de trabalho escravo.

Os executores do crime foram condenados em 2013, em julgamento realizado em Belo Horizonte (MG), e estão cumprindo suas penas em regime fechado. Mandantes e intermediários foram julgados e condenados em 2015, mas todos permanecem em liberdade.